

O custo da mudança – do incômodo ao movimento

Eduardo de São Thiago Martins¹
Rodrigo Lage Leite²

Resumo: O artigo explicita a complexidade das discussões acerca do preço da formação psicanalítica no Instituto “Durval Marcondes”, a partir das reverberações do Simpósio Anual da AMF – “O silêncio sobre o custo e o custo do silêncio na formação psicanalítica”, de março de 2017, na SBPSP. A partir do incômodo provocado pelo tema, aponta seus entraves, suas consequências diretas e indiretas e ventila possibilidades de movimentar a questão.

Palavras-chave: preço, custo, formação psicanalítica

Agosto de 1986, a Associação dos Membros Filiados do Instituto “Durval Marcondes” (AMF) realiza uma reunião com o então presidente da IPA, dr. Robert S. Wallerstein, e com o secretário dr. Edward M. Weinschel, pautada por uma preocupação pungente entre os candidatos: o custo da formação psicanalítica estava demasiadamente alto; o preço das análises didáticas usualmente representava uma parcela grandiosa do orçamento mensal dos analistas em formação. “Metade do que eu ganho vai para uma análise didática” (Socha et al., 2015), relata um colega na ocasião. “Em São Francisco, um candidato gasta 10% a 15% de sua renda para a formação analítica” (Socha et al., 2015), comenta o secretário da IPA.

Durante a abordagem da problemática, uma das sugestões aventadas pelos representantes da IPA foi aumentar o número de analistas didatas da SBPSP, uma vez que existia grande fila de espera entre os candidatos para que pudessem iniciar suas análises. Diante desta sugestão, surge então outra inquietação: se os preços das análises se mantiverem elevados, a despeito do número de didatas, “o problema do alto custo da análise didática permanecerá como sempre inabalável”.

“Muita gente de nível universitário muito bom e de qualidade muito boa não entra na Sociedade porque vai fazer formação paralela, que não é tão cara”, afirma um candidato durante a reunião.

1 Membro filiado ao Instituto de Psicanálise “Durval Marcondes” da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, SBPSP. Presidente da Associação dos Membros Filiados, AMF – gestão 2017-2019.

2 Membro filiado ao Instituto de Psicanálise “Durval Marcondes” da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, SBPSP. Presidente da Associação dos Membros Filiados, AMF – gestão 2015 – 2017.

Trinta anos depois, em 2016 – durante uma reunião da Comissão de Ensino –, surge uma pauta a ser discutida: uma pretendente, que havia sido aprovada após submeter-se ao processo seletivo para a formação psicanalítica no Instituto “Durval Marcondes”, estava com dificuldades para encontrar um analista didata que aceitasse o valor que ela estava disposta a investir em sua análise. Psicóloga, empregada em um CAPS com jornada de trabalho de 30 horas semanais, a pretendente poderia dispor de um terço de sua renda mensal para pagar a análise didática, valor que girava em torno de R\$ 1.500,00/mês. Mais de dez entrevistas, com diferentes analistas, já haviam sido realizadas, e o prazo regulamentado de um ano desde a aprovação para dar início à análise estava chegando ao fim.

Durante a discussão, um analista didata teria comentado que a futura colega sofreria de um problema de “senso de realidade” quando cogitou fazer sua formação em nossa Instituição. De fato, a realidade econômica dessa profissional difere drasticamente da maior parte das realidades que compõem o corpo societário da SBPSP. Por outro lado, está muito mais próxima da imensa maioria dos profissionais que se formam no Brasil em Psicologia e em outras profissões ligadas à saúde mental. Estaria posto, portanto, que realidades como a dela não teriam mesmo espaço neste Instituto? O assunto é complexo e delicado.

O fato acima, trazido pelos então representantes da AMF na Comissão de Ensino a uma reunião da Associação, motivou a realização de um Simpósio Anual que tivesse como tema “O silêncio sobre o custo e o custo do silêncio na formação analítica”, evento afinal realizado em 25 de março de 2017 na SBPSP e, desde a primeira proposta, imediatamente encampado pelas diretorias da Sociedade e do Instituto. Hoje, a ideia proposta pelo *Jornal de Psicanálise*, sobre uma comunicação que reunisse representantes da gestão atual e da anterior da AMF, a fim de decantar as discussões acerca do preço da formação analítica – enquanto reverberação desse simpósio –, pareceu-nos muito bem-vinda.

Incômodo

O preço de uma formação analítica no Instituto “Durval Marcondes”, da SBPSP, é discutido há décadas. Os dois eventos, pontualmente relatados na introdução, nos levam a pensar o que faz com que essa questão, sempre latente nos interstícios dos debates institucionais, permaneça, por períodos, manifestamente adormecida, voltando à tona, de tempos em tempos, com um caráter de repetição. Esse tema, exaustivamente discutido e pouco elaborado, que ora cai na categoria do tabu, ora na do segredo, tende a manter-se silenciado pelo mal-estar que é capaz de gerar, por sua potencial deselegância e pela complexidade de sua abordagem.

Edgard Morin, em sua “teoria do pensamento complexo”, propõe que a observação da complexidade dos fenômenos depende de um conhecimento multidimensional, que não nos oferece todas as informações sobre um fenômeno, mas considera e respeita suas diversas dimensões. “... ao aspirar a multidimensionalidade, o pensamento complexo comporta em seu interior um princípio de incompletude e de incerteza” (Morin, 1988).

Pretendemos neste artigo abordar a questão do preço da formação analítica no Instituto “Durval Marcondes” com base em um cotejamento das diferentes narrativas e propostas que emergiram no Simpósio da AMF, pondo lado a lado, diferentes ângulos de observação do problema, e, assim, decantar algum movimento que não seja uma precipitação, um arrufo que desconsidere as peculiaridades e os balizadores de uma formação analítica, mas que, ao mesmo tempo, e sobretudo, não nos engesse na impossibilidade de tratar da inegável exclusão de pretendentes à formação analítica pelo viés econômico, o que pode acarretar consequências consideradas sérias para os rumos da psicanálise e de nossa instituição, em particular.

Valor, preço e custo

Uma das principais reflexões do Simpósio da AMF foi a tentativa de discriminação entre valor, preço e custo na formação analítica: “... [há uma] diferença radical entre o sentido subjetivo, íntimo, dependente da percepção particular de cada um, acoplado à ideia de valor, em contraposição aos aspectos objetivos, pragmáticos e concretos de custo e preço. O valor de algo é sempre pessoal. Uma análise pode ter um valor inestimável ou irrisório, e só pode ser dito pelo próprio analisando. O custo de se tornar analista e o preço que se paga por uma análise são mensuráveis. ...

Nesse ponto em que lançamos luz sobre a diferença abissal entre essas realidades econômicas, queremos enfrentar um argumento muito usado para justificar o silêncio sobre o preço das análises de formação: a afirmação de que “pagar a própria análise tem valor simbólico, visto que o preço de uma verdadeira análise é inefável”.

Por esta lógica, uma massa enorme de mentes criativas e curiosas fica radicalmente excluída do acesso à formação. Não porque não valorizam a análise ou não estão dispostas a pagar o preço, mas porque estão em um patamar econômico outro. (Leite, 2017)

Essa discriminação, de alguma maneira, ilumina o caminho complexo, no sentido de Morin, a seguir, em que precisamos levar em conta aspectos subjetivos, intrínsecos e necessários à plena travessia de uma análise, sem nos

esquecermos de observar a realidade social de nosso país e a realidade econômica da maioria dos profissionais pretendentes à formação psicanalítica.

Parece-nos que as tentativas de mirar o problema têm sempre recaído no paradoxo, que tentamos reproduzir nas indagações abaixo:

Como garantir que um pretendente à formação psicanalítica, esteja implicado com o valor de sua análise, com o desejo para realizá-la e com a potência necessária para viabilizá-la? Haveria maneiras de atravessar essa importante questão, sem deslizar pelo dinheiro, ainda que indiretamente?

O que acontece quando aqueles que não têm dinheiro para pagar uma análise de formação – em nosso caso, análise didática – ficam indiscutivelmente de fora? Quando não há nenhuma margem para se discutir o acesso? O que acontece quando não há via de relativização do valor de um candidato ou do valor de um “desejo de ser analista”, e nem alternativas para o preço que se possa pagar por algo, sim, de fato, custoso?

Como, ainda, não excluir da equação, o desejo do analista que conduz uma análise de formação, assim como suas possibilidades materiais, financeiras, quando se propõe que um longo e laborioso processo seja conduzido por preços mais acessíveis?

Em resumo, como escapar, ao mesmo tempo, de um “assistencialismo maciço”, que atropelaria o desejo e a potência intrínsecos ao ato analítico, e de um “cinismo maciço” que não observa a realidade material envolvida na questão e o preço da exclusão pelo viés econômico. Essa problemática está incrustada em toda e qualquer proposta de abordagem do problema, como tentaremos discutir no tópico seguinte.

Quem se aliena?

O custo subjetivo de uma formação psicanalítica possui diversas camadas, de maior ou menor resistência, mais ou menos objetivas. O valor simbólico do dinheiro, como significante, transita entre o céu e o inferno, “da mais alta nobreza à mais pura sujeira. Neste deslizamento entre significantes, o dinheiro muitas vezes se esquiva, se esconde, se cala” (Porto, 2017).

Poderíamos pensar a objeção ao alto custo da formação como uma resistência do sujeito ao processo formativo; ou a autoexclusão do sujeito de um ambiente que julga elitista e conservador como expressão sintomática de sua problemática neurótica. Mas não trataremos desses aspectos individuais, subjetivos neste artigo, nem das exceções, mas de dados de uma realidade material, atravessada por aspectos socioeconômicos de nosso país, que repercutem direta e indiretamente nas transformações de nossa Sociedade e em seu futuro.

Com base no exemplo relatado, da provável futura psicanalista que abandonou seu projeto de formação em nosso Instituto por inacessibilidade

econômica, podemos nos perguntar: há espaço para uma ética institucional que pense essa complexa questão, sem se alienar de suas dificuldades e enigmas?

A ética psicanalítica passa pela lei subjetiva do desejo – no caso do analista, o desejo de análise. É o desejo de tornar-se analista que baliza e alimenta “a capacidade do indivíduo de se oferecer como suporte de transferência e de se deixar interpelar pelo sofrimento alheio naquilo que ele tem de desmedido e incompreensível” (Suannes, 2017). Supostamente, seria esta a ética pesquisada na avaliação dos currículos, memoriais e entrevistas realizadas no processo seletivo, apesar de amiúde escutarmos, pelos corredores institucionais, experiências distintas desta, nas quais o que está em jogo é, preponderantemente, uma seleção socioeconômica de nossos futuros pares.

A pretendente de nosso exemplo passou, sem saber, por dois processos seletivos. Um deles avaliou, pelo prisma ético psicanalítico, que a colega estava capacitada para vir a tornar-se psicanalista em nossa instituição. O outro revelou a presença e a força de uma ética outra, que se sobrepôs à primeira, alienando a pretendente e mantendo-nos igualmente alienados dela.

Portanto, não se trata apenas de pensar estratégias e soluções que visem resolver problemas pontuais de pretendentes que, por uma espécie de escape do atual processo seletivo e “sem senso de realidade”, eventualmente batam nas portas dos consultórios dos analistas didatas deste Instituto, propondo valores “irreais” para darem cabo à sua formação.

Trata-se de pensarmos amplamente: que Instituto queremos ser? Que psicanalistas queremos formar? Que futuro vislumbramos para o movimento psicanalítico? Estaríamos nós nos esquivando, nos alienando e perdendo cada vez mais a noção da realidade?

De acordo com uma pesquisa informal realizada pela AMF entre candidatos de 27 cidades do mundo (Barbosa, 2017), a da SBPSP aparece em segundo lugar entre as formações efetivamente mais caras, perdendo apenas para a de Zurique, na Suíça. Esta tabela, apresentada no Simpósio Anual (Barbosa, 2017), foi também utilizada para interessantes comparações acerca do valor médio da análise didática e o valor médio, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) do salário de um psicólogo no Brasil (Araújo, 2017).

Quem vem sendo capaz de pagar pelo processo formativo de nosso Instituto? Pessoas econômica e profissionalmente bem estabelecidas, que escolhem fazer a formação como “coroação de carreira”, visando tornar-se sócios de um clube intelectocultural com vasta e interessante programação sociocientífica? Ou indivíduos comprometidos com o fazer psicanalítico, dotados de pensamento crítico e dispostos ao engajamento teórico-clínico necessário para a constante transformação e criação metapsicológica da ciência psicanalítica?

Para essa discussão, Claudia Suannes, em sua fala no Simpósio, fez uma inversão na pergunta. Antes de se perguntar quais são os critérios que o

Instituto tem para admitir pretendentes à formação, perguntou-se quais são os critérios que os pretendentes adotam para escolher o(s) lugar(es) em que farão a formação. Para ela,

mais do que falar da pré-seleção econômica em si, devemos salientar as consequências desta pré-seleção. Além das já citadas, uma outra consequência é a formação de uma cultura institucional caracterizada por uma determinada concepção da psicanálise e uma cultura que não estimula, ou não convida, a se pensar a diversidade da psicanálise e os diferentes alcances que ela pode ter. (Suannes, 2017)

Por que nosso Instituto é tão desinteressante para analistas que visam aprimorar seu campo formativo e de trabalho para além da “clínica padrão”, das análises de alta frequência e de altos preços, que têm como *setting* exclusivo o espaço privado de um consultório particular?

A problemática, então, ultrapassa a preocupação com o declínio do número de pretendentes que nos procuram anualmente e abarca a questão dos membros que desejamos que ingressem neste Instituto, podendo também retirar-se dele, concluindo o processo formativo, mantendo-se em constante movimento pelo curso institucional e contribuindo ativamente com a ciência e com o ofício que escolhemos exercer. Afinal, fazer psicanálise é poder apostar cotidianamente naquilo que é incerto, efêmero e permanentemente em mutação.

Sobre propostas

Em novembro de 2015, a questão do acesso à formação, no Instituto “Durval Marcondes”, já havia sido discutida no “Simpósio Psicanálise e Responsabilidade Social: um Diálogo Necessário”, realizado numa parceria entre a Diretoria de Atendimento à Comunidade (DAC), da SBPSP, e a AMF.

Na ocasião, apresentamos o esboço de um projeto colaborativo, voltado para o acesso à formação em nosso Instituto, pautado num sistema de contrapartidas, que envolveria interessados de todas as camadas do corpo societário: analistas didatas, membros efetivos, associados e filiados.

A ideia central era interrogar se havia espaço para uma colaboração, em que analistas didatas se dispusessem a atender membros filiados por preços mais acessíveis, tanto em análises didáticas quanto supervisões, enquanto estes membros filiados se comprometeriam com trabalhos no Centro Clínico da SBPSP, num acordo que contemplaria a disposição do corpo societário, em nome de uma ética institucional, de aproximar-se da realidade socioeconômica do país, sem deixar de lado a contrapartida dos membros filiados, que, de uma maneira possível, pagariam sua formação com o trabalho, algo similar ao modelo da

residência médica, ou do estágio, em que o profissional recém-formado paga sua formação com o trabalho.

No recente simpósio, de março de 2016, a questão volta depois das apresentações de diversos membros filiados e também de analistas da Sociedade, representados institucionalmente pelo presidente da SBPSP, Bernardo Tanis, pela diretora do Instituto “Durval Marcondes”, Vera Regina Jardim Ribeiro Marcondes Fonseca, e pela secretária de Seleção, Liana Pinto Chaves.

Talvez o grande mérito do evento tenha sido movimentar nosso espírito no sentido de remexer antigas propostas e favorecer o aporte de novas ideias. Por meio dessa retomada, pôde emergir um debate que se estendeu para além do encontro, em diferentes níveis e registros, o que nos atualiza acerca do caráter complexo da questão, na perspectiva de Edgard Morin.

Uma proposta apresentada pela diretora do Instituto, Vera Regina J. R. M. Fonseca, com colaboração de Izelinda Garcia de Barros, sugeria a criação de um projeto piloto, por meio do qual o acesso à formação para pretendentes considerados aptos ao processo formativo, com mérito reconhecido, mas com restrições financeiras, poderia ser levado a cabo por didatas dispostos a atender analistas em formação por preços mais baixos.

A ideia abre margem para diversos questionamentos, fato inescapável diante das inúmeras variáveis envolvidas na questão. Outras ideias puderam ser evocadas durante e após o simpósio, como, por exemplo, a reflexão acerca da pertinência da manutenção da categoria do analista didata na Sociedade e do questionamento sobre o porquê do impedimento de qualquer analista qualificado pela Sociedade conduzir análises de formação.

Como abordar todas essas variáveis sem atropelar o motor central de qualquer análise – o desejo de quem a procura acoplado ao desejo de quem a conduz? Como sustentar o lugar central desse desejo, sem nos furtar a um “senso de realidade” em consonância com a realidade material, sociocultural e econômica de nosso país? São desafios que estão postos com base nas ideias em circulação, e que esperamos tenham espaço permanente na pauta de discussões da instituição.

Movimento

A única conclusão aceitável para este artigo é a percepção do grau de complexidade do problema, retomando Morin, sua multidimensionalidade e o princípio de incerteza e incompletude que traz consigo.

Tal percepção acarreta o risco da paralisação, da instalação de um silêncio mortífero, ou então de um *furor curandis* capaz de atropelar questões nucleares, por meio de medidas paliativas, espécie de formação de compromisso com

potencial de geração de novos sintomas, impedindo que toquemos em pontos nevralgicos da questão.

Ao final do evento de março de 2017, levantou-se a possibilidade da criação de uma comissão permanente em nossa instituição, composta por membros da Sociedade, do Instituto e por representantes da AMF, para problematizar a acessibilidade, *lato sensu*, ao Instituto “Durval Marcondes”, de modo que se aprofundem as reflexões sobre o tema e se realizem propostas e ações que contemplem, o mais amplamente possível, a complexidade que este artigo, timidamente, começou a explicitar.

Essa proposta veio ao encontro do objetivo do Simpósio Anual, que foi “ventilar nossa insatisfação e quem sabe selar um pacto coletivo na busca de mudanças que tornem o Instituto mais acessível” (Bracco, 2017)

Psicanálise acessível é o mote das propostas da atual Diretoria da AMF.

Como podemos tornar a psicanálise mais acessível a quem deseja tornar-se psicanalista, a quem deseja fazer análise e a quem se interessa pelo pensamento psicanalítico?

...

Historicamente, a SBPSP e o Instituto “Durval Marcondes” têm assumido papéis de pioneirismo e de modelo para as demais instituições psicanalíticas. O movimento psicanalítico brasileiro teve seu início aqui, e a AMF foi a primeira Associação de Candidatos³ do mundo.

Pensamos que levantar e trabalhar as questões ligadas aos entraves de acessibilidade e permeabilidade de nosso Instituto poderá repercutir, potencialmente, nos problemas relacionados aos entraves do movimento psicanalítico de maneira global. (AMF, 2017)

O custo parece ser alto, mas ao final... Ganhamos nós. Ganha a psicanálise.

El precio del cambio – del malestar al movimiento

Resumen: Este trabajo explicita la complejidad de las discusiones acerca del precio de la formación psicoanalítica en el Instituto “Durval Marcondes”, a partir de las reverberaciones del Simposio Anual de la AMF (Asociación de miembros afiliados) “El silencio sobre el costo y el costo del silencio en la formación psicoanalítica”, en marzo de 2017, en la SBPSP. A partir del malestar provocado por el tema, señala sus trabas, sus consecuencia directas e indirectas y sugiere posibilidades de movilizar esta cuestión.

Palabras clave: precio, costo, formación psicoanalítica

3 Título utilizado na época de sua criação (1970) e ainda em vigor nos demais Institutos nacionais e internacionais.

The cost of change – from inconvenience to movement

Abstract: This article's purpose is to explain the complexity of the discussions about the cost of psychoanalytic training at "Durval Marcondes" Institute. The author writes about the reverberations of the AMF Annual Symposium "The silence about cost and the cost of silence in the psychoanalytic training", which took place in March, 2017, at The Brazilian Psychoanalytic Society of Sao Paulo (SBPSP). The paper starts from the inconvenience that has arisen from this theme. The author comments on obstacles, direct and indirect effects of this cost. He also thinks about possible ways of heating up the debate on this issue.

Keywords: price, cost, psychoanalytic training

Le coût du changement – de la gêne jusqu'au mouvement

Résumé: L'article explicite la complexité des discussions concernant le prix de la formation psychanalytique à l'Institut «Durval Marcondes», à partir des réverbérations du Symposium annuel de l'AMF "Silence sur le coût et le coût du silence dans la formation psychanalytique", en mars 2017, à la SBPSP. Prenant comme point de départ la gêne causée par le thème, l'article montre les obstacles, les conséquences directes et indirectes de cette situation et il envisage les possibilités d'imprimer du mouvement à la question.

Mots-clés: prix, coût, formation psychanalytique

Referências

- Araújo, L. S. (2017). Simpósio Anual da AMF – "O silêncio sobre o custo e o custo do silêncio na formação analítica" (comunicação oral).
- Associação dos Membros Filiados (2017). *Psicanálise acessível – ideário* (arquivo de texto enviado por correio eletrônico ao corpo societário da SBPSP em abril de 2017)
- Barbosa, M. K. (2017). *Valores da análise didática pelo mundo* – artigo publicado neste número do *Jornal de Psicanálise*.
- Bracco, M. O. K. (2017). Simpósio Anual da AMF – "O silêncio sobre o custo e o custo do silêncio na formação analítica" (comunicação oral).
- Leite, R. L. (2017). Simpósio Anual da AMF – "O silêncio sobre o custo e o custo do silêncio na formação analítica" (comunicação oral).
- Morin, E. (1998). *Ciência com consciência* (pp. 176-177). Rio de Janeiro. Bertrand Brasil
- Porto, T. S. (2017). Simpósio Anual da AMF – "O silêncio sobre o custo e o custo do silêncio na formação analítica" (comunicação oral).
- Socha, A. et al. (2015). *AMF – 45 anos – Releituras* (pp. 97-115). São Paulo: SBPSP.
- Suannes, C. A. M. (2017). Simpósio Anual da AMF – "O silêncio sobre o custo e o custo do silêncio na formação analítica" (comunicação oral).

Eduardo de São Thiago Martins
dr.eduardostmartins@gmail.com

Rodrigo Lage Leite
rlageleite@uol.com.br

Recebido em: 12/5/2017

Aceito em: 12/5/2017